

ATA DA 1ª REUNIÃO PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA DO COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SALITRE – CBH-S

Aos seis dias do mês de julho, na cidade de Ourolândia, BA, iniciou-se às 9:30 hs, a 1ª Reunião Plenária Extraordinária do CBH-S, na Câmara de Vereadores da cidade. A Srta. Ana Patrícia Dias, secretária-executiva deu início à reunião compondo a mesa de abertura com as seguintes presenças: o Sr. Prefeito de Ourolândia e membro titular do comitê, Antônio Araújo de Souza, o Sr. Ademir Ferreira, presidente da Câmara, Srª Josefa Borges de Souza Lima, presidente do comitê, Sr. Almacks Luiz Silva, vice-presidente, Sr. João Bonfim Mendes, 2º secretário e a secretária-executiva. O Sr. Antônio Araújo fez o discurso de abertura com as boas vindas a todos e D. Josefa Borges também fez uso da palavra. Desfeita a mesa de abertura, a secretária - executiva fez a leitura da ata da reunião plenária ordinária ocorrida em Campo Formoso dia 1º de julho e após algumas correções, a mesma foi aprovada. Dando sequência à pauta, a secretária leu a mesma e sugeriu uma mudança: a equipe de engenharia da SRH que estava na cidade um dia antes para fazer visitas às barragens solicitou que fizessem sua apresentação na parte da manhã, transferindo a discussão do Regimento Interno para a tarde; desta forma, a equipe voltaria à campo para continuar as visitas. A mudança na ordem da pauta foi aprovada por maioria dos votos. A Srta. Aparecida Nunes da SRH, antes da apresentação dos engenheiros informou um pouco mais sobre o Encontro pelas Águas e sobre a participação da comitê na conferência estadual e nacional de meio ambiente. O comitê deverá apoiar mobilizadores que serão contratados para percorrer a área da bacia para identificar junto aos moradores os seus problemas, anseios, em relação à água. A Srª Maria Elisabete de Souza Barbalho da CEPRO (Coordenação de Estudos, Projetos e Obras de Barragens da SRH) abre a sua apresentação agradecendo o convite e a preocupação da SRH com a manutenção das barragens e as atividades advindas do funcionamento delas. O Sr. Carlos Henrique da CEPRO explica um pouco quais as competências da CEPRO que são: avaliação das estruturas das barragens, avaliação dos problemas ambientais ligados às barragens, usos previstos X usos atuais, regras operativas e manutenção, rotinas de inspeção e monitoramento do comportamento das mesmas, avaliação e segurança e os seus procedimentos, preventivo e corretivo. Como relato da visita feita dias antes temos: verificada a existência de 35 barragens na área da bacia, todas sem outorga. A barragem de Ourolândia seria considerada um aterro-barragem, ou seja, é um barramento e não uma barragem. Esta barragem com mais de 20 anos de construção, não atende nenhum critério básico de projeto, sem nenhum estudo hidrológico, geológico e geotécnico. Não há informação sobre sua fundação, não possui descarga de fundo, taludes à montante e à jusante são muito íngremes. O Sr. Carlos Henrique explica que todas as barragens vistoriadas estão com problemas sérios de manutenção, estão abandonadas. Há falta de informação sobre projetos e construção dessas barragens. Ele informa que barragens novas são caras (custo em torno de 30 ou 40 milhões) e que se deve se possível aproveitar as estruturas já existentes e melhorá-las. Existe uma solução de engenharia chamada descomissionamento, que seria a desativação de uma barragem, mas só quando não há de forma alguma, alternativa de melhorar uma estrutura já existente. Ele coloca que de forma alguma está dizendo que é a solução para a barragem de Ourolândia e nem para nenhuma barragem vistoriada. Tem que se fazer estudos mais detalhados sobre elas. Sua apresentação contou também com a projeção de fotos das vistorias feitas em algumas barragens, a da Fazenda Tamboril e Fazenda Morim por exemplo, confrontando fotos de 2001 e 2007. O Sr. Carlos enfatiza aspectos técnicos importantes como o fato que, barragens não são feitas para barrar um rio; se a água está passando por baixo da estrutura é problema de engenharia e que liberação súbita de água é um problema sério. O Sr. Marcostony da Cruz da SRH, CRN

de Juazeiro, fala da qualidade da água barrada em Ourolândia, que estaria comprometida, pois, parada há muito tempo, mostra problemas de eutrofização e acúmulo de sais. O Sr. Antônio Araújo pede a palavra e fala da urgência do trabalho, que saia da seara da teoria. A secretária -executiva antes do início das perguntas agradece às presenças dos senhores José Rocha e Flávio Júnior da EBDA de Jacobina, Sr. Ozelito Cruz, Secretário de Agricultura de campo Formoso e o Sr. Jailson Sedraz, Secretário de Agricultura e Meio Ambiente de Jacobina, este último, também presente na 1ª reunião ordinária em Campo Formoso. Dando início ao debate, a Srª Arlete Silva de Carvalho Alves, membro do comitê representando a Associações dos Pequenos Produtores Rurais de Salina em Várzea Nova pergunta como ficarão as barragens pequenas. O Sr. Carlos responde que quando foi feito o levantamento dos barramentos, foi dada prioridade às barragens próximas ao rio Salitre. O Sr. Ailton Rodrigues da comunidade de São Tomé em campo Formoso não faz pergunta mas salienta que a barragem de Ourolândia está trazendo problemas para o baixo Salitre e defende que a barragem seja aberta. O Sr. Antônio Luna de Alencar, geólogo da CODEVASF, com experiência em Barragens, parabeniza a iniciativa da SRH e apoia as palavras dos engenheiros Carlos Henrique e Bete na sua apresentação. Diz também que em regiões de calcário é inviável a construção de barragens. O Sr. José Carlos Martins de Oliveira, membro do comitê representando a Associação Comunitária dos Agricultores e Moradores da Região do Tabuleiro em Campo Formoso, questiona se há alguma utilidade para a barragem de Caraíba em Umburanas. Se não existe qual é a solução. O Sr. José Silva, (JORNALISTA?) informa que o problema das águas não chegarem à barragem de Caraíba é que foi feita uma terraplanagem numa propriedade particular. Outra informação dada pela plenária é que parte das águas do rio Morim vai para as dolinas (cavernas) e por isso não chega à barragem. O Sr. Carlos Henrique diz que uma resposta rápida para resolver o problema é a engenharia e que a comunidade é que pode dizer se uma barragem está tendo finalidade para ela. Diz ainda que a SRH não priorizou barragens pequenas e que agora essas serão identificadas. O Sr. Ozelito, secretário de agricultura de Campo Formoso pergunta se as águas deste barramentos estão beneficiando alguém. Sr. Almacks diz que o problema não é só a barragem de Ourolândia, existem muitas outras ao longo do rio, inclusive barragens em propriedade particular. A Srª Neide Farias da ASA questiona se, quando os projetos foram feitos, a SRH os assinou, como agora ela não os conhece a fundo? E de que forma os projetos podem ser feitos a ponto de beneficiar as famílias próximas aos barramentos? O Sr. Carlos Henrique diz que uma barragem pode trazer benefícios para uns e ao mesmo tempo prejudicar outros. E que a SRH tem o papel de gestora das barragens, e não dona. O problema é que não eles não sabem como foram feitas estas e, por isso, ainda não sabem como começar um projeto de intervenção. Não há registro das barragens com 10 anos ou mais de construção. O Sr. Amarílio Mota, membro do comitê representando Associação Comunitária dos Produtores do Povoado de Santo Antonio, em Várzea Nova, pede para todos vão à luta buscar os direitos do povo do campo, questiona também porque não gerar emprego e renda para que os nossos filhos não precisem sair daqui para ir trabalhar em outros lugares. Diz ainda que essa é uma guerra que queremos êxito. Srª Josefa Borges fala que precisamos tirar estes barramentos que existem ao longo do rio, e pergunta se se construir sifão, sangradouro etc, o rio volta a ser perene. A Srª Bete da SRH diz que a barragem não é o vilã da história, algumas são benéficas. E que hoje a SRH está muito preocupada em resolver estes problemas. Sr. Josefa conclui sua fala dizendo que o primeiro passo para resolver o problema das barragens foi dado. Alguém da plenária pergunta quando a água vai voltar a correr. A Srª Bete responde que depende de vontade política e a Srª Josefa concorda com ela, elogiando a parte técnica da palestra. Srtª Edneuma Gonçalves Souza, membro do comitê representando a CODEVASF – 6ª SR, diz que o órgão tem convênio com a SRH, tendo repassado a este último 5 milhões de reais para resolver os problemas

das barragens, e que a CODEVASF também está com projetos de saneamento ambiental (saneamento básico e tratamento de resíduos sólidos – aterro simplificado) em 8 (oito) municípios da bacia. Srt^a Edneuma afirma também que, como o rio Salitre é um dos principais afluentes do rio São Francisco na Bahia, a bacia é prioridade dentro do programa de revitalização. Em termos de projetos há aporte de recursos de 2007 a 2010. Srt^a Aparecida Nunes da SRH complementa informando que desses 5 milhões de reais, 240.000 reais são para monitoramento das barragens e o restante para estrutura. Após o debate os engenheiros Carlos Henrique e Bete, juntamente com Marcostony da Cruz da SRH-Juazeiro continuaram com as visitas às barragens e a plenária se dissolveu para o intervalo do almoço, retornando às 14:30 hs. A pauta continuou com o trabalho da advogada Ana Cacilda da SRH que assessora juridicamente os seis comitês criados na Bahia. Srt^a Ana Cacilda explica um pouco como ela dará suporte ao comitê e faz um pequeno histórico de como os regimentos internos foram aprovados quando o sistema de gerenciamento de recursos hídricos era outro, tendo então, que se ajustarem à nova lei de política estadual de RH, a lei nº 10.433. Para ela é importante que a discussão sobre o regimento interno do comitê seja uma via de mão dupla, ou seja, que haja entendimento do que significa um regimento, garantindo assim a participação de todos no processo. Explica que o comitê é um órgão de estado, não de governo, mas diferenciado, pois é colegiado com participação de poder público, sociedade civil e usuários de água. A Srt^a Ana Cacilda propõe uma dinâmica dividida em duas partes: primeiramente cada um presente à plenária (não só os membros mas todos os presentes) se apresenta e escreve num pedaço de cartolina uma palavra que traduza o que aquela pessoa espera de um regimento. Depois a divisão da plenária em quatro grupos, cada um discutindo um capítulo do regimento interno, propondo mudanças e melhorias. Ao final da dinâmica os grupos apresentaram à plenária suas conclusões, mas o trabalho não findou, ficando para a próxima plenária sua conclusão. O grupo I discutiu o capítulo II que discorre sobre a finalidade de um comitê. O grupo sugere as seguintes mudanças: que conste no regimento a criação da logomarca do comitê e a criação de outra secretaria-executiva com a contratação de 2 auxiliares para as duas. O grupo II discutiu o capítulo IV – da composição. O grupo não acha interessante se colocar no regimento o nome das instituições que compõem o poder público, pois seria uma imposição, e durante as plenárias de eleição, todos os órgãos foram chamados e nem todos se mostraram interessados. No seguimento poder público há vacância em decorrência disso. Sugeriu-se também a retirada do parágrafo 2º do Art. 5º que fala da representação dos indígenas no comitê, pois na Região do Salitre. Srt^a Ana Cacilda diz que ainda não há certeza absoluta de que no Salitre não há indígenas ou seus remanescentes. Ainda na discussão do grupo II o Sr. Ailton Rodrigues da comunidade de São Tomé, pergunta como se dá a eleição e composição do comitê, pois por ocasião das plenárias da eleição ano passado, pessoas da SRH disseram para ele que para só prefeitos poderiam se candidatar à presidência do comitê. A Srt^a Ana Patrícia repudiou veementemente a afirmação gerando uma discussão acirrada na plenária. O Sr. Tadeu Valverde membro do comitê representando a SFC – Superintendência de Biodiversidade, Florestas e Unidades de Conservação, desmente o afirmado pelo Sr. Ailton, dizendo que, o que foi dito é que geralmente, como o poder público tem mais recursos que a sociedade civil, os prefeitos acabam sendo eleitos presidentes. A discussão foi encerrada pela Sr^a Ana Cacilda que afirma que não é assim que eleger presidente e nem o será. O grupo III discutiu o capítulo VI, seção III, do funcionamento do plenário e sugeriu as seguintes propostas: no Art. 19 que a convocação seja feita opcionalmente por meio eletrônico e fax. e no parágrafo 3º acrescentar o que diz o Art. 16 do regimento interno do CBH-SF: “devendo constar obrigatoriamente de minuta da ata da reunião anterior e cópia das deliberações e moções nela aprovadas, instituições envolvidas, e minuta das deliberações e moções a serem apreciadas”. O grupo IV discutiu o capítulo VI, seção IV, das câmaras técnicas. O relator do grupo sugere

que se substitua o Art. 32 do Regimento do Salitre pelo Art. 32 do CBH-SF, com exceção do parágrafo único. O Sr. Antônio Araújo pergunta como se dá a formação de uma câmara técnica. Srt^a Ana Cacilda explica através do Art. 31 do regimento do CBH-SF. Explica também a diferença entre câmara e grupo de trabalho. o Sr. Jailson Sedraz sugere a inclusão de um capítulo que fale como deve se dar o processo de eleição do comitê. Ana Cacilda diz que isso já está sendo visto no CONERH – Conselho Estadual de Recursos Hídricos. Sr. Almacks sugere mudanças no Art. 5, onde ao invés de 18 membros, coloque-se 36, sendo 18 titulares e 18 suplentes, pois as pessoas sempre ficam na dúvida. Srt^a Ana Cacilda encaminha que até o dia 6 de agosto as pessoas leiam o regimento e mande por e-mail outras sugestões de mudanças. Seguindo a pauta o Sr. Luzinaldo Passos da SRH explica um pouco sobre o sistema de gerenciamento de recursos hídricos, instrumentos de gestão, planos de recursos hídricos, planos diretores de recursos hídricos na Bahia. Diz também que o PDRH do Salitre foi concluído em novembro de 1993 e que quem quiser uma cópia é só solicitar. O Sr. Luzinaldo também afirma que quem elabora o plano de bacia é a agência de bacia e que, na ausência desta, é a SRH quem elabora. Para isso o comitê deve mobilizar a sociedade, supervisionar a elaboração e aprová-lo, e acompanhar a sua implementação. Os passos para sua elaboração são: criação de câmara técnica ou grupo de trabalho, análise do material existente (PLANGIS e PDRH) e a elaboração propriamente dita. A Srt^a Neide da ASA mostra-se preocupada com a participação daqueles que não fazem parte do comitê. o Sr. Antônio Araújo pergunta sobre a questão das águas subterrâneas. O Sr. Luzinaldo diz que há uma equipe vendo isso. Srt^a Josefa sugere como pauta para a próxima reunião aprovação do regimento interno. Ela discorre também sobre as dificuldades que encontra para viajar na bacia, pois não tem recursos como a Srt^a Ana Patrícia tem. A secretária - executiva responde que ela recebe recursos para as viagens por que é sociedade civil, não por que é secretária, mesmo que não fosse, receberia assim mesmo. E que o poder público não pode receber recursos para viajar pois isso se configura como duplicidade. O Sr. Almacks passa os informes sobre as reuniões preparatórias para o fórum nacional de comitês de bacias: o CBH-SF pretende incluir entre seus membros um membro do CBH-S; a maioria dos estados não estão dando condição dos Comitês participarem das reuniões do Forum, alguns estão fazendo até parcerias com empresas para manter a presença; o Sr. Lupércio, presiente do Forum tem elogiado a Bahia (SRH) por ter mandado em todas as reuniões representantes dos seus comitês; na reunião do fórum nacional dia 25 de julho, a Bahia deverá eleger os 3 representantes dos Comitês, porque ele, Almacks, e os outros já são indicados pela SRH. O entendimento que o Sr. Almacks coloca é que deve-se formar primeiro o Fórum de Comitês da Bahia e não o Fórum Estadual de Comitês da Bahia, assim nós passaríamos a ter em nosso lado a força do CBH-SF. Após a criação deste fórum, é ele quem escolhe os representantes para o Fórum Nacional, que será na cidade de Foz do Iguaçu – PR em outubro. A Srt^a Edneuma sugere que para a discussão de câmara técnica, seja reavaliada o local da 2^a reunião plenária de setembro em Miguel Calmon. Para ela, Juazeiro por concentrar grande quantidade de órgãos de pesquisa e profissionais da área de recursos hídricos seria o local mais ideal, e pede assim para que se coloque em votação. A Srt^a Ana Patrícia sugere que ao invés de se mudar a local da reunião, se cria um grupo de trabalho em Juazeiro, antes da reunião plenária, para se discutir o plano de bacia. A sugestão é aceita e atrelada a ela, um dia de capacitação para as pessoas que estarão no grupo de trabalho. A composição fica assim distribuída: duas pessoas de cada segmento do comitê (poder público, sociedade civil e usuários de água) e 9 indicações de órgãos e instituições convidadas que poderiam compor uma câmara técnica futuramente. Ocorre uma discussão na plenária onde se questiona o por que de todos os membros participarem do encontro. O número limitado de indicações é tanto por causa da escassez de recursos para deslocamento dos membros indicados como pelo fato de que um grupo de trabalho muito grande, as

atividades podem não render. Os segmentos do comitê se reuniram rapidamente para indicar os seus nomes. Srt^a Edneuma retira seu nome de uma possível indicação, pois ela já estará lá em Juazeiro. O Sr. Ailton Rodrigues diz que foi indicado no grupo de sociedade civil pelo membro Sr. Amarílio Mota mas que não respeitaram a indicação dele. Assim sendo a Srt^a Ana Patrícia retira sua indicação com o mesmo argumento da Srt^a Edneuma e indica o Sr. Ailton. O segmento poder público indica inicialmente a Sr. Solange Santos Marinho e o Sr. Antônio Araújo, mas o Sr. Tadeu Valverde contesta a decisão, onde essas pessoas foram escolhidas sem que ele fosse consultado. A Srt^a Ana Patrícia lembra que poder público não são só as prefeituras, há outros órgãos no comitê, mas o segmento chega a um consenso. Fica assim decidido o nome dos participantes: sociedade civil: Manoel Ainton Rodrigues da comunidade de São Tomé, indicado pelo Sr. Amarílio Mota, e Paulo Garcia do IPB, indicado pelo Sr. João Bonfim; poder público: Solange Santos Marinho, assistente social da prefeitura de Campo Formoso, e Sr. Antônio Araújo; e usuários de água: Sr. Adelmo Marcelino de Miranda, representante da Associação dos Pequenos Produtores do Mucambo e Morrinho de Miguel Calmon e, Sr. Ozelito Souza Cruz, secretário de agricultura de Campo Formoso. As instituições convidadas são: EMBRAPA Semi-árido, UNIVASF, ASA, CODEVASF -6^a SR, UNEB – Campus Jacobina, CBH-SF E UFBA. Ficou acertado que pelo papel que a CODEVASF terá no bacia, convidará três profissionais. O encontro será dia 14 de agosto, terça-feira, no Auditório da CODEVASF – 6^a SR, com horário a combinar. Às 19:10 hs a secretária encerra a reunião agradecendo e desejando boa viagem a todos de volta.